


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Ibaté

FORO DE IBATÉ

VARA ÚNICA

RUA ALBANO BUZO, 367, IBATE - SP - CEP 14815-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
SENTENÇA

Processo Digital nº: **1000314-84.2015.8.26.0233**
 Classe - Assunto: **Procedimento Sumário - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **Nayra Bitencourt**
 Requerido: **Banco Bradesco S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Eduardo Cebrian Araújo Reis

Vistos.

Trata-se de ação indenizatória movida por **Nayra Bittencourt** em face de **Banco Bradesco S.A.** sustentando, em essência, que ao efetuar saque no caixa eletrônico dentro da agência local, foi surpreendida pela ação de assaltantes armados, os quais mantiveram a autora e outras pessoas dentro da agência por aproximadamente uma hora, episódio que lhe causou vários danos psicológicos e fez com que deixasse de amamentar seu filho de cinco meses. Menciona que a inexistência de porta giratória e detectores de metal deixam os clientes em condição de vulnerabilidade. Pede a condenação do banco ao pagamento de indenização na quantia de R\$ 20.000,00. Com a inicial vieram os documentos de fls. 14/32.

Citado, o requerido apresentou contestação suscitando preliminar de inépcia da petição inicial e apontando, no mérito, inexistência de responsabilidade civil (fls. 45/64).

Houve réplica (fls. 78/88).

Despacho saneador à fl. 94, oportunidade na qual se afastou a preliminar suscitada e deferiu-se a produção de prova oral.

Em audiência de instrução, debates e julgamento, colhida a prova oral, encerrou-se a instrução processual e concedeu-se prazo para as partes manifestarem-se em alegações finais (fls. 119/122).

Memorias da ré às fls. 123/124 e da autora às fls. 125/133.

É o relatório.

Fundamento e DECIDO.

A ação é parcialmente procedente.

Ante o teor da contestação apresentada, a ocorrência do roubo nas dependências da agência bancária é fato incontroverso.

A prova coligida indica que as condições físicas da agência contribuíram para que a ação dos assaltantes se concretizasse.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Ibaté

FORO DE IBATÉ

VARA ÚNICA

RUA ALBANO BUZO, 367, IBATE - SP - CEP 14815-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Nesse ponto, a testemunha Caio José Campos, que estava na agência no dia do ocorrido, confirmou a inexistência de portas giratórias e de detectores de metal.

A dinâmica dos fatos também restou comprovada pela oitiva da testemunha Adriano Aparecido Cavichioli Barbato, funcionário do banco, o qual também informou que apenas uma pessoa estava encarregada da segurança da agência.

O dano moral restou demonstrado e a indenização é devida pelo sofrimento injusto e grave decorrente das circunstâncias vivenciadas pela autora.

Trata-se de hipótese de responsabilidade objetiva do banco em relação ao consumidor que somente pode ser afastada pela comprovação de culpa exclusiva da vítima ou fortuito externo (Súmula 479 do STJ), ônus do qual o banco não se desincumbiu.

Caracterizado, portanto, o defeito na prestação de serviço, a instituição financeira deve responder pelo evento danoso.

A indenização do dano moral tem duplo objetivo: compensar a vítima e afligir o culpado; não se presta a enriquecer a vítima, nem deve ser irrisória e estimular a desídia do causador do dano. Em virtude de sua natureza compensatória, visa a proporcionar ao ofendido um bem estar psíquico pelo amargor da ofensa, e não o enriquecer.

É razoável fixar a indenização por dano moral, levando em consideração a capacidade do réu e o abalo ocasionado à autora, em quantia equivalente a R\$ 8.000,00, mostrando-se excessivo o montante postulado.

Trata-se de parâmetro plenamente utilizado pela jurisprudência e que, na hipótese, terá o duplo efeito da reparação e da punição.

Verifique-se: “*DANO MORAL - Indenização - Arbitramento mediante estimativa prudencial que leva em conta a necessidade de satisfazer a dor da vítima e dissuadir de novo atentado o autor da ofensa*” (TJSP) RT 706/67.

Ante o exposto, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** a ação para condenar o requerido a pagar à autora, a título de indenização por danos morais, a importância de R\$ 8.000,00, atualizada desde a data desta sentença e acrescida de juros de mora de 1% ao mês a partir da citação. Sem condenação em custas e despesas processuais porque a autora, beneficiária da Justiça Gratuita, nada antecipou a esse título. Arcará a instituição financeira com honorários advocatícios de 10% sobre o valor da condenação atualizado (Súmula 326 do STJ).

Interposta apelação, intime-se para apresentação de contrarrazões – de recurso adesivo, inclusive – e remetam-se autos à Superior Instância com as cautelas de praxe e as homenagens do Juízo.

P.I. Oportunamente, arquivem-se os autos.

Ibate, 25 de maio de 2017.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA